

Mudanças no emprego e na distribuição da renda durante o “milagre brasileiro” *

SAMUEL A. MORLEY **

I — Introdução

Poucas dúvidas há de que o período de desusado crescimento brasileiro deu origem a rápido crescimento do emprego. No decorrer dos cinco anos entre 1968 e 1973 a força de trabalho ocupada adulta elevou-se em 3,24% ao ano, significando isto que mais de quatro milhões de novos empregos foram criados: aproximadamente um milhão na agricultura e três milhões em atividades não-agrícolas. Constitui o objetivo deste trabalho perquirir o que há por trás dessas cifras agregadas, utilizando dados publicados e referentes às pesquisas por amostragem de domicílios de 1968 e 1973, e outros dados suportivos. Nosso principal interesse, porém, não consiste em descrever o quadro estático do emprego em 1968 e 1973, mas sim identificar tendências dinâmicas no mercado de trabalho brasileiro nesses anos. Em que regiões e setores foram criados esses empregos? Teria sido a expansão do emprego acompanhada por aumento da desigualdade da renda? O que sugerirão os dados da PNAD sobre tendências de urbanização e migração nesses anos de grande atividade? Tais são os tipos de perguntas que temos a esperança de responder a seguir.

Nota do Editor: Tradução não revista pelo autor.

* Este trabalho constitui resultado de nossa participação no Projeto Brasileiro de Recursos Humanos, realizado sob os auspícios do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Na oportunidade, gostaríamos de agradecer a Milton Barbosa, Maria Cristina Cacciamali de Souza, Pedro Malan, George Martine, Cláudio Salm e John Wells pelos seus comentários a versões anteriores deste trabalho e, igualmente, absolvê-los de qualquer culpa pelo que se segue.

** Da Vanderbilt University.

Em curtas palavras, as principais características do período parecem ter sido as seguintes:

- a) rápido crescimento do emprego em todas as regiões, especialmente em São Paulo e no Nordeste;
- b) uma transferência notável da mão-de-obra da agricultura, com procedência da região Minas Gerais-Espírito Santo;
- c) urbanização da população a uma taxa rápida, na verdade a uma taxa mais rápida do que a transferência de mão-de-obra do setor agrícola;
- d) uma elevação da taxa de participação de mulheres em todas as áreas do País;
- e) aumento da parcela da mão-de-obra urbana empenhada no que se poderia classificar de atividades marginais, que definimos aqui como autônomos ganhando menos do que um salário mínimo;
- f) aumento na desigualdade da distribuição da renda.

Passaremos agora à discussão, em maiores detalhes, dos dados que dão respaldo a essa interpretação geral do período. Na Seção 2, discutiremos a evidência existente sobre o emprego e, na Seção 3, os dados sobre salários e distribuição da renda.

2 — Discussão dos dados sobre emprego

A Tabela 1 proporciona uma decomposição regional do crescimento do emprego da força de trabalho adulta (20 anos ou mais), extraída de relatórios da PNAD e relativos aos últimos trimestres de 1968 e 1973. Concentramo-nos aqui na força de trabalho adulta porque mudanças em métodos de enumeração, entre 1968 e 1973, afetam a comparabilidade no que diz respeito a adolescentes.¹ Mais tarde,

¹ O problema da comparabilidade tem origem numa mudança introduzida nas classes etárias e no tratamento dado a trabalhadores em tempo parcial. Em 1968, a classe de trabalhadores adolescentes compreendia aqueles na faixa de 14 a 19 anos, ao passo que em 1973 a classe mais baixa abrangia aqueles entre 10 e 14. Daí, para tornar compatíveis os anos de 1968 e 1973, teríamos que imaginar que proporção do grupo etário de 10 a 14 anos, em 1973, era composta de jovens de 14 anos. Entre 1968 e 1973, houve aumento de sofisticação das questões da PNAD que definiam o emprego. Isto afetou especialmente os trabalhadores em tempo parcial, a maioria dos quais adolescentes, tendendo a viesar para cima as taxas aparentes de crescimento do emprego.

TABELA I

*Força de trabalho adulta empregada segundo região,
setor e sexo*

(Em Milhares)

	Região I		Região II		Região III		Região IV		Região V		Brasil ^a					
	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973				
	Taxa de crescimento (%)		Taxa de crescimento (%)		Taxa de crescimento (%)		Taxa de crescimento (%)		Taxa de crescimento (%)		Taxa de crescimento (%)					
Total Ocupado da Força de Trabalho + 20.....	2.470	2.965	3,72	5,005	6,036	3,82	4,859	5,498	2,50	3,478	3,662	1,04	7,076	8,608	4,00	3,18
Homens.....	1.835	2.103	2,76	3,753	4,480	3,60	3,412	3,861	2,50	2,632	2,736	0,78	4,856	5,856	3,82	2,92
Mulheres.....	635	862	6,30	1,252	1,556	4,44	1,447	1,637	2,50	846	926	1,82	2,220	2,752	4,39	3,86
Agrícola Total.....	185	182	-0,32	1,097	951	-2,78	2,385	2,667	2,26	1,728	1,556	-2,09	3,913	4,616	3,36	1,30
Homens.....	172	163	-1,07	930	805	-2,79	1,642	1,911	3,08	1,431	1,336	-2,04	2,914	3,399	3,11	1,30
Mulheres.....	13	19	7,88	167	146	-2,70	743	756	0,34	247	220	-2,29	999	1,217	4,03	1,68
Não-Agrícola Total.....	2.285	2.783	4,02	3,908	5,085	5,41	2,474	2,831	2,73	1,750	2,106	2,77	3,163	3,962	4,77	4,34
Homens.....	1.663	1.940	3,13	2,823	3,675	5,42	1,770	1,950	1,94	1,151	1,400	3,99	1,942	2,457	4,82	4,09
Mulheres.....	622	843	6,27	1,085	1,410	5,38	704	881	4,58	599	706	3,35	1,221	1,535	4,68	4,90

^a As taxas de crescimento para o Brasil foram derivadas das cinco regiões estudadas. As regiões são as seguintes: I — Guanabara-Rio de Janeiro; II — São Paulo; III — Paraná-Santa Catarina-Rio Grande do Sul; IV — Minas Gerais-Espírito Santo; V — Nordeste.

será apresentada uma análise separada da força de trabalho de adolescentes. Uma ligeira redução no emprego feminino constatado no Nordeste foi feita devido a aparentes mudanças no tratamento dado a trabalhadores em tempo parcial na PEA. O que a tabela comprova é o rápido crescimento do emprego no Brasil, a transferência de mão-de-obra, especialmente de mão-de-obra masculina, que deixou o setor agrícola, e a elevação das taxas de participação e parcela de mulheres na força de trabalho, tanto em atividades agrícolas como não-agrícolas.

Regionalmente, o Nordeste apresentou as taxas mais altas de emprego em todo o Brasil. O emprego agrícola e não-agrícola elevou-se rapidamente e, muito embora pareça ter havido alguma substituição relativa de homens por mulheres no setor agrícola, isso não ocorreu de forma tão acentuada como em outras regiões do País. Em parte, o rápido crescimento no período foi resultado de condições muito favoráveis no ano de 1973.

Esse foi o ano em que a economia do Nordeste cresceu em mais de 11% e no qual o emprego não-agrícola elevou-se em 10%.² Uma vez que a produção agrícola expandiu-se em 8% durante aquele ano, ocorreu um maciço aumento de mulheres na agricultura a fim de compensar a transferência de homens para empregos não-agrícolas.³

Pode parecer a alguns leitores, acostumados a considerar o Nordeste como área deprimida, que essas taxas de crescimento do emprego são altas demais para merecerem crédito. Não obstante, elas são inteiramente coerentes com os índices regionais do produto, recentemente compilados pelo IPLAN. Esses índices, baseados na arrecadação fiscal, estimativas de colheitas e outros dados, indicam que

² O Banco do Nordeste estimou um crescimento entre 12 e 14%. Ver Haroldo Costa Lima e Luis de Souza Magalhães, "Análise Conjuntural da Economia Nordestina", in *Revista Econômica do Nordeste* (janeiro/março de 1974).

³ Em 1973, o emprego masculino não-agrícola cresceu em 7,6% e o emprego agrícola em 2%. O emprego agrícola feminino, após ajustamento, elevou-se em 23,3% e o não-agrícola em 14,1%. Os dados sobre produção agrícola foram extraídos de Almir Mesquita, "Alguns Indicadores sobre a Evolução da Economia Global e do Setor Agrícola no Brasil, 1960 a 1975" (IPLAN, 1976), mimeo.

o Nordeste cresceu a 9,8% ao ano no período 1968/73, taxa mais alta do que a de qualquer outra área, com exceção do Sul.⁴

A taxa de crescimento do emprego no Nordeste é tão rápida que coloca a questão de se a região poderia ter gerado mão-de-obra suficiente para preencher todos esses novos empregos e ainda continuar a abastecer de migrantes o resto do País, em especial o florescente Sul. A resposta é que aparentemente não poderia, pelo menos se formos dar crédito aos dados da PNAD sobre população. Entre 1968 e 1973, a taxa de crescimento da população adulta no Nordeste foi de 4% ao ano para homens e 3% para mulheres. Não temos meios de saber o que teria sido a taxa de crescimento da população adulta sem imigração ou emigração, mas é improvável que tenha sido mais alta do que os 3,5% ao ano efetivamente observados. Desta maneira, a menos que as cifras da PNAD sejam grosseiramente inconsistentes, somos forçados a concluir que o Nordeste não poderia, durante o período, ter fornecido grande volume de mão-de-obra ao resto do País.⁵ Naturalmente, os números que estamos citando são líquidos, e não brutos. Os nordestinos poderiam ter emigrado e, de fato, emigraram para outras áreas. Mas, neste caso, forçosamente deve ter havido também um fluxo compensatório de migrantes de outras áreas para o Nordeste.⁶

No que não é de surpreender, São Paulo apresentou a mais alta taxa de crescimento não-agrícola, ou seja, 5,41%. Ao contrário do Nordeste, no entanto, ocorreu uma rápida saída de mão-de-obra do próprio setor agrícola do Estado. Na verdade, a redução no emprego agrícola tem sido tão grande que, juntamente com o aumento natural da população, deve ter, na maior parte, coberto o *deficit* no

⁴ Ver Almir Mesquita, *op. cit.*

⁵ A taxa real de crescimento do emprego aproximou-se bastante daquela que Moura estimou como sendo necessária para absorver o aumento da mão-de-obra entre 1970 e 1980. Ver Hélio A. Moura, "Tendências e Perspectivas de Crescimento da Oferta Regional de Mão-de-Obra, 1940/1980", in *Revista Econômica do Nordeste*, vol. I (abril/junho de 1971), p. 33.

⁶ Há alguma evidência de que o fluxo de migrantes do Sul-Sudeste para o Nordeste, embora pequeno, aumentou na segunda metade da década de 60. Ver Hélio A. Moura, "Migrações para as Grandes Cidades do Nordeste: Intensidade e Características Demográficas", in *Revista Econômica do Nordeste*, vol. VII (janeiro/março de 1975), p. 14.

emprego não-agrícola, pouca possibilidade deixando à imigração. A fim de chegar à mesma conclusão, aconselhamos o leitor a efetuar o seguinte experimento mental: imagine o que a força de trabalho nos dois setores teria sido se a população adulta residente em São Paulo houvesse crescido às taxas observadas entre os Censos de 1960 e 1970 e se as taxas de participação masculina e feminina houvessem seguido suas trajetórias observadas de 1968 a 1973. Esse exercício proporcionará uma força de trabalho hipotética em 1973, distribuída por setor. É o que a força de trabalho teria parecido se os novos entrantes na mesma tivessem a mesma composição de emprego que os trabalhadores mais velhos, e não tivesse havido imigração. Quando comparamos essa hipotética força de trabalho com a sua contrapartida concreta, obtemos uma estimativa bastante razoável sobre a procedência forçosa dos novos trabalhadores agrícolas. Os cálculos relativos ao Estado de São Paulo são mostrados na Tabela 2.

TABELA 2
Força de trabalho hipotética e real em São Paulo
(homens e mulheres)

(Em Milhares)

	1968	1973		Acréscimo em 1968/73	
		Hipotética	Real	Milhares	%
Agrícola.....	1.097	1.265	951		
Não-Agrícola.....	3.908	4.579	5.085		
Aumento no Emprego Não-Agrícola.....				1.177	100,0
Atendido por:					
Aumento Natural da População Não-Agrícola					
1973 Hipotética - - 1968 Não-Agrícola.....				658	55,9
1973 Real - - 1973 Agrícola					
Hipotética.....				314	26,7
Migração Intra-Regional.....				205	17,4

Essas estimativas são necessariamente aproximadas, porquanto se baseiam em taxas de crescimento da população nacional, dada a impossibilidade de se separar o crescimento natural da imigração ao nível estadual.⁷ Além disso, supõem que não houve emigração do Estado. Isso não parece ser uma suposição insensata, tendo em vista as baixas taxas de crescimento demográfico nas regiões em volta de São Paulo (ver Tabela 5). De qualquer modo, as cifras constantes da Tabela 2 devem ser interpretadas como a contribuição líquida dos vários segmentos populacionais. Sugerem que, em termos líquidos, migrantes de fora do Estado formaram uma parte bem pequena da expansão do emprego em São Paulo, certamente bem abaixo de um terço do total. No tocante a homens, a participação de migrantes de outros Estados é algo mais alta, mais ou menos um quarto de nossas taxas de crescimento demográfico, o que é compatível com a taxa de 4% de aumento da população masculina adulta do Estado nesses cinco anos.

Na região Guanabara-Rio de Janeiro, a taxa de expansão do emprego adulto manteve-se justamente a par da taxa natural de aumento da população adulta, muito embora houvesse ocorrido uma expansão imensa no emprego feminino e nas taxas de sua participação. Isso reflete um grande aumento na parcela de “prestação de serviços”, uma categoria trabalhista que, no caso de mulheres, é constituída principalmente de empregadas domésticas.⁸ Esse aspecto do emprego feminino urbano é peculiar ao Rio de Janeiro. Em todas as demais regiões, a parcela da categoria de domésticas declinou espetacularmente no período.

Os padrões de emprego e crescimento no Sul diferem dramaticamente do predominante nas demais regiões. Trata-se da única área em que a taxa de crescimento do emprego agrícola masculino é mais alta do que a não-agrícola. É também a única área onde a taxa de crescimento do emprego feminino é igual, e não mais alta do que a masculina. Aparentemente, durante o período ocorreu uma rápida elevação do emprego de homens na agricultura e uma ex-

⁷ Tanto quanto sabe o autor, taxas naturais de crescimento demográfico de tal ordem não foram verificadas a nível estadual.

⁸ A percentagem foi de 69%, segundo o Censo Demográfico de 1970.

pansão correspondentemente alta das mulheres em empregos não-agrícolas. Enquanto que, em outras áreas, parece que os homens abandonam a agricultura e são substituídos por mulheres, neste caso a situação é exatamente o oposto. Homens são atraídos para fora do setor não-agrícola, onde são substituídos por mulheres.

A área de Minas Gerais (IV) é a que apresenta o crescimento mais lento do emprego em todo o Brasil. Ocorre uma importante emigração de pessoas de agricultura, tanto de homens como de mulheres, aparentemente para atividades não-agrícolas dentro e fora da região. Não é que não cresçam as oportunidades de emprego não-agrícola. Crescem, à taxa bastante aceitável de 3,77% ao ano. Acontece apenas que essa taxa não parece ter sido suficiente para absorver a saída de trabalhadores do setor agrícola. Se repetimos o mesmo exercício hipotético que realizamos para São Paulo, este argumento torna-se bem claro. A saída da agricultura é mais alta do que poderia possivelmente ter sido absorvida em atividades não-agrícolas dentro da área.

TABELA 3

*Região IV, força de trabalho hipotética e real — 1973
(homens e mulheres)*

	1973 Hipotética	1973 Real	Diferença
Agrícola.....	1.983	1.556	427
Não-Agrícola.....	2.027	2.106	79
Emigração.....			348

Em suma, a população observada e as taxas de crescimento do emprego, bem como nossos cálculos hipotéticos, sugerem que nossa idéia estereotipada dos modelos de migrações e crescimento econômico no Brasil precisa ser corrigida. Segundo o estereótipo, as cidades industriais do Sul constituem os mercados dinâmicos de

emprego, atraindo migrantes e absorvendo os excedentes de mão-de-obra do resto do País. A realidade, porém, é diferente e muito mais equilibrada. A expansão do emprego foi tão geral que a maioria das áreas nem dispunha de grandes excedentes nem acusava grandes *deficits* de mão-de-obra a serem preenchidos por migrações. Mesmo em São Paulo, a maior parte da mão-de-obra requerida deve forçosamente ter sido atendida internamente ou pelo crescimento demográfico ou por um setor agrícola cada vez menor, havendo apenas um pequeno *deficit* a ser coberto por imigração de mineiros. No passado, era comum no Brasil que pessoas se dirigissem para onde havia oportunidades de emprego. Neste período recente, parece que os empregos foram criados, em vez disso, onde havia gente. Se este modelo for confirmado por pesquisa futura, deverá revestir-se de uma importante implicação positiva para as tendências de desigualdade regional no Brasil.

O leitor pode objetar neste ponto que nosso uso de correntes líquidas de migrações é insidioso, especialmente no que diz respeito ao Nordeste. Simplesmente porque não houve migração líquida isso não significa que tampouco ocorreu migração. É possível que tenha ocorrido uma entrada, no Nordeste, de migrantes do Norte e uma correspondente saída do Nordeste para o Sul, ou melhor, o Nordeste poderia ter servido como uma parada numa migração por estágios do Norte e Nordeste para o Sul. Contudo, se tal processo houvesse se efetivado, deveríamos ter observado taxas de crescimento baixas ou negativas na área iniciante, o Norte. Mas, à vista de toda a evidência disponível, o Norte, principalmente o Norte urbano, atravessava por si mesmo um período de rápida expansão. Se compararmos a população urbana residente do Norte e Centro-Oeste em 1973 e 1970, encontraremos uma taxa de crescimento de 8,4% ao ano.⁹ A taxa é tão alta que, para que a população urbana do Norte tivesse declinado, a do Centro-Oeste teria que ter crescido, pelo menos, à taxa improvável, de tão alta, de 13% ao ano. Achamos que o Norte poderia, no máximo, ter contribuído com um pequeno excedente, provavelmente do setor rural, a fim de suple-

⁹ Dados extraídos da PNAD, 1973, e do Censo Demográfico de 1970.

mentar a própria força de trabalho do Nordeste, com pouco ou nenhum excesso para movimentos de migração por estágios para o Sul.

2.1 — Composição da força de trabalho

Passaremos agora a uma análise separada da força de trabalho masculina e feminina. No tocante aos homens adultos, a taxa de crescimento do emprego foi ligeiramente mais baixa do que a da população adulta masculina, devido, entre outras coisas, a uma queda nas taxas de participação de adultos jovens. Conforme já tivemos oportunidade de ver, ocorreu uma importante saída de mão-de-obra masculina do setor agrícola. Não obstante, o aspecto realmente notável do período foi um grande aumento das taxas de participação feminina. Isso deu origem a uma grande elevação das parcelas de mulheres na força de trabalho de ambos os principais setores da economia, tanto no Brasil como um todo, como na maioria das suas cinco regiões.

Na Tabela 5 desagregamos o setor não-agrícola a fim de verificar que ocupações são as maiores absorvedoras dos novos entrantes na força de trabalho. Infelizmente, os dados não permitem nem uma separação de adolescentes da mão-de-obra adulta nem daqueles de 15 anos de idade em 1973. Por conseguinte, não podemos afirmar ter havido incrementos absolutos no emprego, mas consignar, em vez disso, apenas as parcelas das diferentes atividades no emprego total nos dois anos.

Por sorte, as conclusões que extrairemos da Tabela 5 não serão afetadas pela inclusão de adolescentes, porquanto os setores dinâmicos no crescimento do emprego não são aqueles nos quais os jovens têm uma representação relativamente alta. Destarte, os totais relativos a adultos, caso fôssemos capazes de observá-los, apresentariam diferenças mais pronunciadas entre os setores do que as que ora consignamos.

Evidentemente, para homens e mulheres, a indústria, os serviços sociais, as profissões liberais e o serviço público constituem as ocupações dinâmicas enquanto declinam os serviços pessoais e a construção

TABELA 4

População adulta, PEA e emprego por sexo — 1968, 1973

(Em Milhares)

	Região I		Região II		Região III		Região IV		Região V		Total ^b	
	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973
População												
Masculina.....	2.155	2.553	4.255	5.191	3.754	4.232	2.893	3.059	5.263	6.398	18.320	21.433
Feminina.....	2.304	2.752	4.456	5.134	3.750	4.126	3.091	3.139	6.020	6.995	19.711	22.146
PEA												
Masculina.....	1.862	2.154	3.805	4.542	3.460	3.890	2.675	2.776	4.940	5.959	16.742	19.321
Feminina.....	654	898	1.273	1.605	1.460	1.660	861	950	2.271	2.810	6.528	7.923
Emprego												
Masculino.....	1.835	2.104	3.753	4.480	3.412	3.861	2.632	2.736	4.856	5.856	16.488	19.037
Feminino.....	635	862	1.252	1.556	1.447	1.636	846	926	2.220	2.752	6.400	7.733
Desemprego												
Masculino.....	27	50	52	62	48	29	43	40	84	103	254	284
Feminino.....	19	36	21	49	22	24	15	24	51	58	128	190
Taxa de Participação ^b												
Masculina.....	0,851	0,824	0,882	0,863	0,908	0,912	0,909	0,894	0,922	0,915	0,900	0,888
Feminina.....	0,265	0,313	0,280	0,303	0,385	0,396	0,273	0,294	0,360	0,393	0,325	0,349

FONTE: PNAD, 1968, 1973.

^a Os totais referem-se a cinco regiões apenas.^b Emprego/População.

TABELA 5

*Parcela de emprego não-agrícola por subsector,
sexo, ano e região*

	Região I		Região II		Região III		Região IV		Região V		Total*	
	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973
Masculino												
Construção Civil.....	0,107	0,105	0,086	0,087	0,114	0,094	0,148	0,122	0,137	0,121	0,118	0,104
Indústria.....	0,222	0,230	0,232	0,282	0,275	0,318	0,234	0,248	0,244	0,244	0,289	0,300
Serviços Pessoais.....	0,168	0,163	0,130	0,137	0,163	0,130	0,170	0,161	0,163	0,156	0,155	0,149
Comércio.....	0,165	0,132	0,175	0,153	0,157	0,170	0,172	0,171	0,214	0,217	0,177	0,172
Serviços Sociais.....	0,057	0,053	0,039	0,036	0,033	0,041	0,045	0,039	0,034	0,044	0,041	0,042
Profissões Liberais.....	0,020	0,024	0,020	0,022	0,018	0,023	0,010	0,023	0,008	0,008	0,016	0,020
Transportes e Comunicações.....	0,095	0,112	0,093	0,089	0,123	0,098	0,113	0,119	0,100	0,102	0,103	0,101
Administração Pública.....	0,049	0,106	0,036	0,051	0,049	0,080	0,045	0,070	0,037	0,076	0,042	0,073
Diversos.....	0,121	0,054	0,070	0,043	0,068	0,037	0,065	0,036	0,063	0,032	0,076	0,041
Totais Absolutos.....	1.833	2.117	3.233	4.216	2.039	2.213	1.368	1.633	2.248	2.787	10.721	12.906
Feminino												
Construção Civil.....	0,004	0,002	0,008	0,003	0,002	0,003	0,001	0,002	---	0,002	0,004	0,003
Indústria.....	0,104	0,109	0,258	0,289	0,387	0,434	0,064	0,084	0,256	0,203	0,180	0,173
Serviços Pessoais.....	0,469	0,497	0,403	0,394	0,523	0,408	0,600	0,537	0,463	0,423	0,477	0,459
Comércio.....	0,108	0,097	0,095	0,106	0,134	0,126	0,062	0,083	0,082	0,120	0,095	0,109
Serviços Sociais.....	0,198	0,176	0,145	0,156	0,207	0,222	0,212	0,222	0,154	0,179	0,175	0,185
Profissões Liberais.....	0,013	0,015	0,015	0,026	0,006	0,019	0,017	0,010	0,005	0,013	0,011	0,018
Transportes e Comunicações.....	0,017	0,021	0,027	0,012	0,003	0,012	0,011	0,012	0,005	0,006	0,013	0,012
Administração Pública.....	0,056	0,042	0,017	0,022	0,015	0,026	0,019	0,025	0,020	0,030	0,023	0,028
Diversos.....	0,029	0,036	0,032	0,042	0,019	0,034	0,018	0,023	0,014	0,024	0,022	0,033
Totais Absolutos.....	747	993	1.448	1.831	893	1.130	787	896	1.518	1.828	5.393	6.678

FONTE: PNAD, 1968, 1973.

NOTA: A força de trabalho de 1968 é acima de 14 anos e, a de 1973, acima de 15 anos. A força de trabalho masculina em 1973 em construção civil e serviços pessoais foi ajustada a fim de refletir mudanças na definição da enumeração em 1968 e 1973.

* Os totais referem-se a cinco regiões apenas.

civil. Observa-se, no particular, uma importante disparidade regional. Virtualmente todo o aumento nos serviços pessoais para mulheres concentra-se nas regiões I e II — Guanabara-Rio de Janeiro e São Paulo. No resto do País, não se constata virtualmente crescimento algum e, mesmo em São Paulo, vem declinando a parcela dessa ocupação para mulheres. Exceto no caso do Rio de Janeiro, em outras palavras, onde mulheres vão trabalhar no setor não-agrícola, não o fazem em seu emprego tradicional de empregadas domésticas, mas sim no comércio, na indústria e nos serviços sociais.

No tocante aos homens, a tabela destaca o papel dinâmico desempenhado pela indústria no oferecimento de empregos. No todo, deve ter absorvido pelo menos um terço dos entrantes masculinos no setor não-agrícola do mercado de trabalho. Curiosamente, o crescimento do emprego na indústria parece ter sido basicamente masculino, elevando-se de 75 para 77% a sua parcela no emprego não-industrial que não a construção civil. A construção atrasa-se, o que é algo surpreendente, dadas as suas altas taxas de crescimento do produto. Empregos no setor terciário de apoio aumentam a taxas quase iguais às observadas na indústria e são, em extensão crescente, ocupados por mulheres.

Numerosos comentaristas das implicações regionais do rápido período de crescimento no Brasil afirmam que, em contraste com São Paulo e o Sul industrial, a expansão do emprego não-agrícola no Nordeste foi liderada pelo setor terciário. Nossos dados regionalmente desagregados confirmam essa interpretação. No que interessa a ambos os sexos, o emprego combinado na indústria manufatureira caiu de 25 para 23% da força de trabalho não-agrícola. Realmente, houve um declínio absoluto no número de mulheres na indústria manufatureira. Isso é digno de especial atenção porque, conforme veremos abaixo, uma parte significativa desse denominado emprego na indústria manufatureira é, de fato, uma atividade do tipo artesanal, realizada por trabalhadores autônomos, ou independentes, que recebem uma remuneração muito baixa.

2.2 — Desemprego e subemprego

As taxas de desemprego aberto (ver Tabela 6) subiram ligeiramente no período, mas permaneceram tão baixas como sempre, como

seria de se esperar num país destituído de qualquer forma de seguro-desemprego. A busca de emprego em tempo integral não é um luxo a que se possam dar muitos brasileiros. O desemprego concentra-se entre os adolescentes. Respondem eles por cerca de 40% de todos os desempregados e a sua taxa de desemprego é três vezes superior à dos adultos.

Em virtude da inexistência de seguro-desemprego, o desemprego aberto constitui um indicador bastante medíocre da subutilização de recursos humanos. A isso devemos acrescentar o que O'Brien e Salm chamaram de subemprego aberto,¹⁰ que definiram como compreendendo aqueles que trabalham parte do tempo quando desejariam fazê-lo em tempo integral. As taxas de subemprego constituem um importante complemento dos demais indicadores que utilizamos para avaliar um programa de empregos. As taxas de crescimento do emprego, a medida tradicional, constituem um critério estritamente quantitativo, não fazendo distinções qualitativas entre diferentes tipos de cargos. Ainda assim, evidentemente há uma grande diferença entre a criação de cargos em tempo parcial e integral, mesmo que ambos figurem igualmente na expansão do emprego. Reciprocamente, numa economia em que todos têm emprego, mesmo que em tempo parcial, o crescimento não pode, de modo algum, ser muito maior do que a taxa de expansão da força de trabalho. A substituição de emprego em tempo parcial por outro em tempo integral é inteiramente ignorada pelas estatísticas alusivas ao crescimento. Informações sobre mudanças no subemprego são por isso mesmo importantes indicadores qualitativos sobre o tipo de emprego que está sendo criado. Não incluiremos aqui outra medida qualitativa, o número de cargos mediocrementemente remunerados, que alguns autores chamam de desemprego disfarçado.¹¹ Em primeiro lugar, essa situação nos parece ser de baixa produtividade, e não de recursos humanos subempregados, requerendo diferentes medidas corretivas, e, em segundo, porque esse grupo é incluído entre os pobres que trabalham e que discutiremos na seção seguinte deste trabalho.

¹⁰ R. S. O'Brien e C. L. Salm. "Desemprego e Subemprego no Brasil", in *Revista Brasileira de Economia* (outubro/dezembro de 1970).

¹¹ *Ibid.*

TABELA 6
Taxas de desemprego no Brasil

	Região I		Região II		Região III		Região IV		Região V		Total	
	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973
Força de Trabalho Não-Agrícola												
Taxa de Desemprego Aberto.....	0,026	0,044	0,024	0,028	0,038	0,027	0,048	0,043	0,044	0,046	0,035	0,037
Taxa de Desemprego e Subemprego.....	0,026	0,041	0,042	0,028	0,074	0,049	0,070	0,063	0,121	0,088	0,069	0,052
Total.....	0,052	0,085	0,066	0,056	0,112	0,076	0,118	0,106	0,165	0,134	0,104	0,089
Força de Trabalho Agrícola^a												
Taxa de Desemprego Aberto.....	0,004	0,004	0,007	0,012	0,003	0,002	0,003	0,004	0,003	0,003	0,004	0,004
Taxa de Subemprego.....	0,046	0,040	0,054	0,042	0,053	0,079	0,049	0,055	0,087	0,094	0,066	0,078
Total.....	0,050	0,044	0,061	0,054	0,058	0,081	0,052	0,059	0,090	0,097	0,070	0,082
Força de Trabalho Total												
Taxa de Desemprego Aberto.....	0,025	0,041	0,020	0,026	0,021	0,015	0,027	0,026	0,023	0,022	0,023	0,024
Desemprego Aberto de Adolescentes												
Taxa de Desemprego (14 a 19 Anos de Idade).....	0,066	0,133	0,045	0,061	0,046	0,032	0,063	0,060	0,039	0,037	0,048	0,051

FONTE: PNAD.

^a No tocante às cifras referentes à agricultura nas colunas de 1968 elas são realmente de 1969.

Mas o que aconteceu ao subemprego e ao desemprego no período? A Tabela 6 nos mostra que foram significativamente reduzidos no que interessa à força de trabalho não-agrícola, tanto em termos absolutos como relativos. Em outras palavras, a economia urbana conseguiu criar cargos suficientes para absorver migrantes rurais e os novos entrantes na força de trabalho e, simultaneamente, gerar melhoramentos qualitativos em certos trabalhos involuntários em tempo parcial. Regional e setorialmente, no entanto, o progresso não foi uniforme. O Rio de Janeiro sobressai com suas taxas crescentes de subemprego e desemprego aberto. Na agricultura, ocorreu um importante aumento no subemprego involuntário em quase todas as regiões do País.

2.3 — Urbanização

O período de cinco anos de desusada atividade coincidiu com uma urbanização notavelmente rápida em todas as áreas do Brasil. Na Tabela 7, reunimos dados de levantamentos da PNAD, ilustrando esse importante fenômeno. São Paulo experimentou a mais rápida transferência de população, do meio rural para o urbano, fato este consistente com a transferência de sua força de trabalho de atividades agrícolas para não-agrícolas. Em outras áreas do País, especialmente no Sul e Nordeste, as altas taxas de urbanização devem ter sido parcialmente compostas de mão-de-obra agrícola que se mudou para a cidade mas continuou a trabalhar na agricultura. Vejamos o caso do Nordeste. Nessa região, a população urbana cresceu à taxa de 5,98% ao ano, muito mais do que os 4,5% aos quais estava se expandindo sua força de trabalho não-agrícola. Mais importante ainda, a população rural estava crescendo a menos de 2% ao ano, enquanto a força de trabalho agrícola desenvolvia-se a quase 4%. No Sul, a população rural caiu em tamanho absoluto, mesmo que a força de trabalho ocupada na agricultura crescesse a 2,7% ao ano. Infelizmente, os dados publicados não nos permitem examinar mais de perto o contingente urbano da força de trabalho agrícola, mas o fato é que essas taxas comparativas de crescimento são sugestivas de uma expansão de trabalhadores agrícolas itinerantes, baseados em cidades (os chamados "bóias-frias"). Os dados não são conclu-

TABELA 7

População urbana

(1.000)

	Região I		Região II		Região III		Região IV		Região V		Total ^a	
	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973
População Urbana.....	6.992	8.949	11.173	16.308	6.149	8.582	6.063	8.052	10.289	13.730	40.666	55.621
Total da População.....	8.566	9.948	16.495	19.693	16.439	18.341	13.562	13.911	25.825	30.825	80.887	92.751
Total Urbano.....	0,82	0,90	0,83	0,83	0,37	0,47	0,45	0,58	0,40	0,44	0,50	0,80
% de Crescimento a.a., 1968/73...		3,03		3,61		2,23		0,70		3,63		2,76
População Urbana		5,06		7,86		6,90		5,84		5,93		5,93
% de Crescimento a.a., 1968/73..												

FONTE: PNAD, 1968, 1973.

^a Os totais referem-se a cinco regiões apenas.

sivos, no entanto, porque não sabemos quantos dos trabalhadores agrícolas urbanizados eram proprietários e quantos deles eram braçais.

3 — Discussão dos dados sobre rendimentos

À primeira vista, a situação do emprego no Brasil durante os chamados anos do milagre certamente parece ter sido satisfatória. Os novos entrantes na força de trabalho, acrescidos da mão-de-obra transferida da agricultura, foram aparentemente absorvidos em empregos não-agrícolas sem qualquer aumento significativo no desemprego aberto ou no subemprego. O mercado de trabalho parece ter sido tenso, a julgar pela elevação das taxas de participação feminina, a queda no subemprego e o declínio relativo das ocupações de baixa remuneração, tais como as de empregados domésticos. Todos esses fatos sugerem que a mão-de-obra estava participando da alta geral das atividades que assolou o Brasil nesses anos.

Mas quando paramos um pouco para pensar nos fatos essas altas taxas de crescimento do emprego admitem uma interpretação inteiramente diferente e muito mais sombria. É bem possível que a elevação das taxas de participação das mulheres fosse consequência do fato de elas, e possivelmente os adolescentes, terem sido forçadas a ingressar na força de trabalho a fim de suplementar a renda familiar, reduzida pelo declínio dos salários reais da mão-de-obra não-especializada e outros fatores, isto é, o aumento do emprego pode resultar de um de dois tipos inteiramente diferentes de condições reinantes no mercado de trabalho. No que poderíamos chamar de modelo de atração, o emprego aumenta devido à elevação da demanda de trabalhadores. Formalmente, a curva de demanda no mercado de trabalho desloca-se ao longo da curva de procura. Neste caso, o emprego crescente deve fazer-se acompanhar de salários em elevação à medida que a mão-de-obra é atraída para o mercado de trabalho. No segundo modelo, que poderíamos rotular de modelo de empurrão, a oferta de mão-de-obra expande-se relativamente à demanda. A causa disso poderia ser o declínio na renda do chefe da família, forçando esposa e adolescentes a ingressarem na força de

trabalho. Outra causa poderia ser a expulsão de trabalhadores da agricultura, o que aumenta a oferta de indivíduos em busca de ocupação no mercado de trabalho não-agrícola. Formalmente, neste caso, a curva de oferta de trabalho desloca-se ao longo da curva de procura. Como no primeiro caso, sobe o emprego. Mas nesta hipótese, ao contrário do que ocorreu no primeiro caso, os salários caem à medida que empregadores são induzidos a empregar membros da família ou ex-trabalhadores agrícolas necessitados. Sumariando, não podemos julgar o sucesso de uma política de emprego analisando apenas medidas quantitativas, como a taxa de crescimento do emprego. Já examinamos, aliás, um indicador qualitativo, o subemprego. Nesta altura, indagamos do segundo, a renda, que nos proporciona um indicador do tipo de cargos que estão sendo criados no período. Num modelo de empurrão, os cargos tenderão a ser de baixa produtividade, muitos deles ao nível do salário mínimo, ou abaixo dele. No modelo de atração, serão relativamente bons e deve cair a proporção da força de trabalho que recebe menos que o salário mínimo.

Infelizmente, não existem no Brasil os dados de renda necessários para que se possa diferenciar em toda sua extensão entre os dois modelos alternativos. Contudo, uma idéia parcial pode ser obtida da participação de adolescentes e dados de renda constantes dos levantamentos da PNAD e da Lei de 2/3. Passaremos agora a discutir a evidência proporcionada por essas duas fontes.

Toda a evidência que conseguimos reunir confirma invariavelmente o modelo de atração, exceto por algumas ambigüidades regionais. Conforme vimos na Tabela 6, as taxas de subemprego caíram no Brasil durante a alta. Se indivíduos estivessem sendo empurrados para a força de trabalho, teríamos certamente observado uma elevação em trabalho involuntário em tempo parcial. O mesmo se poderia dizer a respeito de adolescentes. Se rendas familiares em queda forçassem adolescentes a trabalhar, notar-se-ia um aumento na taxa de participação dos mesmos. Mas, conforme indica a Tabela 8, isso não acontece, especialmente entre homens. Deve o leitor notar que as taxas de 1973 na Tabela 8 e, assim, o volume do declínio nas taxas de participação de adolescentes afiguram-se algo incertos, porquanto tivemos que estimar a força de trabalho de 14 anos de idade e a população. Não obstante, mesmo admitindo as suposições

TABELA 8

Força de trabalho adolescente (grupo etário de 14 a 19 anos)

	Região I		Região II		Região III		Região IV		Região V		Total ^a	
	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973
Emprego Masculino												
Agrícola.....	90	46	235	225	509	676	462	407	920	1.038	2.306	2.383
Não-Agrícola.....	137	184	408	573	229	287	211	252	276	367	1.261	1.667
Total.....	227	230	643	798	828	963	673	660	1.196	1.405	3.567	4.060
Taxa Parcial ^b	0,482	0,415	0,657	0,682	0,811	0,789	0,788	0,713	0,769	0,728	0,740	0,697
Emprego Feminino												
Agrícola.....	8	6	113	97	316	337	130	94	342	449	909	983
Não-Agrícola.....	121	158	366	449	148	265	168	204	289	327	1.092	1.403
Total.....	129	163	469	547	464	602	298	298	631	776	2.001	2.386
Taxa Parcial ^b	0,232	0,283	0,434	0,457	0,451	0,486	0,344	0,315	0,300	0,374	0,392	0,394

FONTE: PNAD, 1968, 1973.

^a Os totais referem-se a cinco regiões apenas.

^b PEA/população presente.

mais extremas sobre o perfil da força de trabalho no grupo etário de 10 a 14 anos, as taxas de participação permanecem aproximadamente constantes. O que a Tabela 8 sugere é que, fora do Rio de Janeiro, ou as taxas de participação de adolescentes caíram, ou nos casos em que subiram, como em São Paulo, o fizeram em regiões onde a proporção da força de trabalho que ganhava menos que o salário mínimo estava declinando.

A redução nas taxas de participação de adolescentes constitui sem dúvida um efeito da urbanização. Em 1968, 40% dos adolescentes trabalhavam como membros não remunerados da família, principalmente na agricultura. Ainda assim, entre 1968 e 1973 apenas 16% dos novos empregos se incluíam nessa categoria. Três quartos dos novos empregos para adolescentes eram remunerados, mesmo que apenas 54% deles recebessem salários em 1968. Desta maneira, concluímos que não há evidência de que adolescentes foram forçados a ingressar no mercado de trabalho a fim de suplementar a renda declinante da família. Muito ao contrário, ou permaneceram à margem da força de trabalho, possivelmente freqüentando escola, ou se transferiram de trabalho agrícola não remunerado para cargos assalariados no setor urbano. Isso constituiu um ganho líquido para eles e, provavelmente, também para suas famílias.

Vejamos agora a evidência relativa à renda, extraída da PNAD e da Lei de 2/3. Dos relatórios da PNAD constam distribuições de renda separadas de trabalhadores não-agrícolas autônomos e todos os empregados assalariados e membros da família que trabalhavam sem pagamento. Esses dados, após ajustamentos para levar em conta a inflação e diferenças em classes de renda, serviram de base às estimativas apresentadas na Tabela 9. Deve o leitor notar que a tabela se baseia no salário mínimo da Guanabara e que não é regionalmente diferenciada. Além disso, uma vez que nos dados brutos não há uma tabulação cruzada de renda com idade, não foi possível ajustar os dados de 1973 para incluir adolescentes de 14 anos, exceto no caso de membros da família sem remuneração. Por conseguinte, não se deve comparar as cifras absolutas relativas aos dois anos, mas usar razões, em vez disso.

Feitas essas ressalvas, vejamos o que a Tabela 9 nos tem a dizer sobre renda nas partes mais alta e mais baixa da força de trabalho

brasileira. Em primeiro lugar, e acima de tudo, a proporção de membros da força de trabalho que ganhavam menos que o salário mínimo deve ter caído ligeiramente, no período, em quatro pontos percentuais, segundo nossas estimativas. O principal motivo por que caiu foi o grande declínio relativo e mesmo absoluto no número de membros da família que trabalhavam sem remuneração. Esta categoria compõe-se principalmente de famílias de trabalhadores rurais e, por isso mesmo, seu declínio reflete a urbanização da força de trabalho, a redução na taxa de participação de adolescentes e a transferência de mulheres de empregos não remunerados para remunerados na economia urbana.

Podemos fazer um cálculo equivalente da parcela da força de trabalho da PNAD na classe salarial mais alta de Cr\$ 150,00 por semana em 1968, aproximadamente igual a cinco vezes o salário mínimo da Guanabara em 1973. Utilizando essas cifras como base, descobrimos que 5,3% da força de trabalho assalariada em 1968 incluíam-se na classe salarial mais alta e que esse número elevou-se para 7,7% em 1973.

A redução agregada das parcelas da força de trabalho que ganhavam menos do que o salário mínimo oculta variações regionais bem significativas. Analisando a decomposição constante da Tabela 8, descobrimos que a parcela de menos que um salário mínimo subiu no Rio de Janeiro, foi mais ou menos uniforme no Nordeste e caiu expressivamente em todo o resto do Brasil, sendo os declínios suficientes para superar o aumento no agregado. Parcialmente, essa diferenciação regional refletia as diferentes taxas de crescimento da agricultura no País. Observe-se que o número de membros não remunerados da família subiu apenas no Nordeste e no Sul, as duas áreas onde ocorreu crescimento da força de trabalho agrícola.

Outra importante diferença regional é o que acontece a autônomos que ganham menos que um salário mínimo. Em termos gerais, essa classe, que alguns autores chamam de setor informal, subiu como proporção da renda apurada da força de trabalho. O aumento concentrou-se nas três áreas que menos se destacaram durante os anos da alta, a saber, Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Nordeste. Mudanças no tamanho desse grupo, portanto, parecem estar altamente correlacionadas com a prosperidade e condições do mercado

TABELA 9

*Força de trabalho que ganhava menos que o salário mínimo,
segundo região*

	Região I		Região II		Região III		Região IV		Região V		Total	
	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973	1968	1973
Trabalhadores Assalariados que Comunicaram Renda.....	1.973	2.235	3.526	5.242	1.903	2.632	1.788	2.077	2.795	3.733	12.075	15.918
Trabalhadores Autônomos que Comunicaram Renda.....	393	576	817	1.067	619	717	491	607	1.267	1.617	3.587	4.537
Trabalhadores Familiares sem Renda.....	57	50	518	339	1.787	1.862	702	535	1.746	1.892	4.810	4.678
Força de Trabalho que Comunicou Renda....	2.423	2.861	4.861	6.648	4.309	5.211	2.981	3.219	5.808	7.241	20.472	25.133
Trabalhadores Assalariados que Ganham Menos que o Salário Mínimo da Guanabara em Termos Reais (Cr\$ 133,00).....	461	545	1.290	1.535	878	1.057	1.077	1.166	2.048	2.653	5.724	6.955
Autônomos que Ganham Menos que o Salário Mínimo da Guanabara.....	85	192	159	126	183	208	225	284	833	1.139	1.490	2.009
Total que Ganham Menos que o Salário Mínimo da Guanabara.....	603	787	1.937	2.060	2.853	3.127	2.004	1.985	4.627	5.681	12.024	13.642
Porcentagem dos que Comunicaram que Ganham Menos que o Salário Mínimo da Guanabara.....	0,249	0,275	0,399	0,310	0,649	0,600	0,672	0,617	0,797	0,785	0,587	0,542

de trabalho. Sugerem também que ocorreram importantes variações regionais no desfrute dos benefícios do crescimento econômico.

Nosso interesse pelos dados de renda foi estimulado pelo desejo de efetuar uma distinção entre duas explicações diferentes da elevação do emprego: a primeira, o modelo de atração, no qual o emprego crescente é acompanhado por salários em elevação e, a segunda, o modelo do "empurrão", segundo o qual emprego e salários em queda andam juntos. Fora do Nordeste e do Rio de Janeiro os dados parecem confirmar inequivocamente o modelo de atração. A elevação do emprego fez-se acompanhar de uma proporção menor da força de trabalho que ganhava menos que o salário mínimo. Ocorreu uma elevação nas taxas de participação feminina e os novos empregos tenderam a ser melhor remunerados. Houve elevação no emprego no setor informal em Minas Gerais, mas que foi mais do que compensada pela redução do número de trabalhadores familiares não remunerados.

A situação no Rio de Janeiro e no Nordeste contrasta com o quadro bastante otimista do crescimento econômico e do emprego no resto do Brasil. Em ambas essas áreas, o número de autônomos subiu como fração da força de trabalho e elevou-se significativamente o número dos membros desse grupo que ganhavam menos que o salário mínimo. No Nordeste, a proporção de trabalhadores assalariados que ganhavam menos que o salário mínimo de fato declinou um pouco, em contraste com a situação no Rio de Janeiro. Mas, mesmo assim, 57% dos empregos de menos que o salário mínimo criados no período o foram entre trabalhadores assalariados.

Examinemos mais atentamente a situação dos autônomos que recebiam em 1973 menos que um salário mínimo. Alguns dados sobre essa classe de trabalho são apresentados na Tabela 10. O que ela demonstra é que os autônomos são principalmente adultos e apresentam uma proporção mais alta de mulheres do que a força de trabalho. Nesse grupo, os que auferiam as menores rendas eram encontrados no pessoal de serviços, comércio e, no Nordeste, atividades artesanais do tipo manufatureiro. Este último fato coloca sob luz muito diferente o crescimento do emprego na indústria manufatureira no Nordeste.

Utilizando a tabela e outras informações extraídas dos relatórios da PNAD é possível imaginar o que deve ter acontecido no Nor-

TABELA 10

*Setor de atividade e sexo de trabalhadores autônomos
não-agrícolas — 1973*

	Rio de Janeiro	Nordeste	Minas Gerais
Número de Autônomos Ganhando Menos que o Salário Mínimo ^a	190	1.109	276
Indústria Manufatureira.....	4	287	22
Construção Civil.....	14	44	17
Comércio.....	28	278	40
Serviços Pessoais.....	127	406	168
Diversos.....	17	94	29
Proporção de Todos os Trabalhadores Industriais, que são:			
Homens (%).....	60,6	50	61,1
Mulheres (%).....	39,4	50	38,9
Proporção de Todos os Trabalhadores Industriais entre 10 e 19 Anos de Idade (%)	5,0	10,2	8,3

FONTE: Tabelas 3.2.1, PNAD, 1973.

^a Esses totais não concordam com a Tabela 7 devido à inclusão aqui da categoria empregador.

deste e no Rio de Janeiro. No primeiro, sabemos que ocorreu uma grande transferência de força de trabalho masculina, da agricultura para atividades não-agrícolas. Boa parte dessa mão-de-obra deve ter ingressado na indústria e na construção civil, provavelmente, na maior parte, em empregos assalariados. No Nordeste, ambos esses setores pagam salários baixos. Em 1973, 60% dos homens na indústria e 56% na construção civil ganhavam mais do que um salário mínimo da Guanabara. (A percentagem foi de 90% para as mulheres na indústria manufatureira.) Outro grande grupo de trabalhadores, constituído principalmente de mulheres, deve ter-se transformado em autônomos, auferindo renda extremamente baixa na indústria artesanal, nos serviços domésticos e em vendas como ambulantes. O que temos no Nordeste, portanto, é uma situação ambígua: rápido aumento do emprego fora da agricultura, acompanhado de

numerosos sinais de deterioração da renda da família. O emprego assalariado, sobretudo na construção civil, conseguiu absorver grande volume de mão-de-obra, ocorreu um declínio no subemprego e no número daqueles que ganhavam menos do que o salário mínimo, embora, ao mesmo tempo, uma proporção crescente de homens e mulheres adultos tenha sido obrigada a se empenhar em atividades marginais, de baixa renda.

Nenhuma ambigüidade observa-se na situação do Rio de Janeiro. Verificamos ter havido um aumento na proporção de trabalhadores autônomos, ocorrência de baixas taxas de crescimento do emprego para trabalhadores adultos e baixas taxas de crescimento demográfico. Parece claro que a transferência do Governo para Brasília, juntamente com a existência de um setor industrial menos que dinâmico, tornou melancólica a situação do emprego no Rio de Janeiro, especialmente para a classe trabalhadora. Temos a impressão de que as altas taxas de crescimento do emprego feminino observadas na cidade não constituíram sintoma de um mercado florescente. Muito ao contrário, a julgar pela predominância de empregos de baixo pagamento, ocupados pelas mulheres no período, e a elevação do subemprego, parece claro que elas foram empurradas e não atraídas pelo mercado de trabalho urbano. E acreditamos ainda que a principal causa disso foi a renda declinante das famílias.

Outra fonte importante de dados a respeito da distribuição da renda é o relatório anual da Lei de 2/3, publicado pelo Ministério do Trabalho.¹² Esses relatórios abrangem apenas parte dos trabalhadores assalariados do mercado de trabalho urbano, excluindo inteiramente os autônomos e a força de trabalho agrícola. Além disso, uma vez que as informações sobre salários são fornecidas pelos empregadores, o pagamento abaixo do salário mínimo talvez seja sub-representado, dado o seu caráter ilegal. Não obstante, uma vez que tencionamos apenas comparar diferentes anos para o mesmo relatório, precisamos apenas supor um grau constante de viés para podermos usar esse útil conjunto suplementar de informações sala-

¹² Os relatórios referentes a 1969 foram publicados no *Boletim Técnico do SEPT (18-21)*, do Ministério do Trabalho e Previdência Social; os relatórios de 1973 podem ser encontrados no *Boletim Técnico (39-41)*, do Ministério do Trabalho.

riais. Para comparação, escolhemos os anos de 1969 e 1973. Não foi possível usar 1968, porquanto a elevação salarial anual ocorreu antes da data da publicação do relatório daquele ano, o que implicaria um viés sazonal com quaisquer comparações com 1973.¹³

A Tabela 11 mostra a distribuição da força de trabalho assalariada segundo classes de salário de 1969, o que se tornou possível sem interpolação em virtude da duplicação do índice de preços entre os dois anos. É claro, à vista da tabela, que a Lei de 2/3 confirma os padrões já vistos nos dados da PNAD. Novos empregos aparecem em forma assimétrica na direção do topo da distribuição da renda. Dois terços dos novos empregos criados no período percebiam salários acima de Cr\$ 200,00, mesmo que apenas metade da força de trabalho de 1969 os ganhasse. Além disso, quase 10% dos novos cargos incluíam-se na classe salarial mais alta, contra apenas 2,6% em 1969. Ocorreu um ligeiro aumento na proporção da força de trabalho que ganhava menos de Cr\$ 80,00, muito embora a desagregação regional indique que isso se deu inteiramente no ramo Comércio na região Sudeste. Este resultado é compatível com as verificações da PNAD na região do Rio de Janeiro, comentadas acima. No tocante ao Nordeste, ocorreu um declínio absoluto no número de trabalhadores na parte mais baixa das classes de renda. Exceto por essas diferenças, houve acordo geral por setor e região sobre a assimetria ascendente em novos empregos nas tabelas nacionais.

Reunindo os vários tipos de evidência, diríamos que tanto os dados sobre renda como sobre desemprego confirmam o modelo de atração, especialmente no mercado de trabalho urbano. Conforme vimos acima, a economia conseguiu absorver uma grande parcela de trabalho egresso da agricultura, isto sem aumento de desemprego ou subemprego involuntário. Os dados de renda informam que os novos empregos foram relativamente bons, porquanto houve redução na proporção da força de trabalho que recebia menos que o salário mínimo e aumento da proporção dela em cargos de alta

¹³ Sobre este assunto, ver John Wells, "Distribuição de Rendimentos, Crescimento e Estrutura de Demanda no Brasil na Década de 60", in Ricardo Tolipán e Arthur C. Tinelli (eds.), *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento* (Rio de Janeiro: Zahar, 1975).

TABELA II

*Distribuição da renda da força de trabalho,
de acordo com a Lei de 2/3*

Classes de Salário (Cr\$ de 1969)	Proporção da Mão-de- Obra na Classe		Proporção da Renda		Renda Média		Proporção de Novos Empregos
	1969	1973	1969	1973	1969	1973	
	80	0,0211	0,0224	0,0049	0,0034	71,7	
80 - - - 99	0,0311	0,0273	0,0087	0,0069	88,9	93,7	0,0209
100 - - 199	0,4619	0,4205	0,2172	0,1701	144,3	150,6	0,3259
200 - - - 299	0,1934	0,1939	0,1525	0,1275	241,8	244,7	0,1951
300 - - - 399	0,1055	0,1063	0,1174	0,0985	341,3	345,1	0,1081
400 - - - 499	0,0582	0,0612	0,0840	0,0734	442,3	446,5	0,0679
500 - - - 799	0,0720	0,0842	0,1438	0,1410	613,1	623,1	0,1125
800 - - - 999	0,0205	0,0229	0,0588	0,0549	881,5	891,1	0,0286
1.000 - - - 1.199	0,0117	0,0152	0,0413	0,0447	1.082,7	1.093,7	0,0233
+1.200	0,0260	0,0461	0,1713	0,2798	2.023,4	2.261,3	0,0923
Global					306,7	372,3	

FONTE: *Boletim Técnico do SEPT*, 1970, 1974.

remuneração. Isto deve em parte refletir a intensidade relativamente alta de trabalho especializado dos setores dinâmicos durante o recente crescimento da economia brasileira.

Esses aspectos favoráveis do crescimento brasileiro recente, todavia, não constituem o fim da história. Infelizmente, com a expansão do emprego ocorreu um grande aumento na desigualdade da distribuição da renda, ocasionada parcialmente pela assimetria na criação de novos cargos e, até certo ponto, por uma significativa ampliação da estrutura salarial. Esses elementos regressivos constituíram aspectos importantes do processo e devem ser incluídos numa avaliação completa do modelo brasileiro de crescimento.

É bem claro, à vista dos dados da Tabela 11, que houve: a) uma importante ampliação da estrutura salarial; e b) aumento da desigualdade da distribuição salarial. Passaremos agora à discussão desses pontos e de suas implicações. Conforme pode o leitor ver na Tabela 11, os salários na classe mais baixa caíram em termos reais, enquanto subiam através de todo o resto da estrutura salarial, especialmente em sua parte mais alta. A razão entre o salário médio da classe alta, em comparação com a mais baixa, subiu de 28,2% em 1969 para 40,4% em 1973. Agravando ainda mais a questão do ponto de vista da distribuição, houve aumento do número de membros de ambas as classes. Indubitavelmente, parte dessa ampliação constituiu resultado do aumento da cobertura dos relatórios da Lei de 2/3, mas é difícil acreditar que essa causa seja toda a explicação. Isto é especialmente verdadeiro porque a ampliação aqui observada é confirmada por outros trabalhos recentes, que utilizaram fontes inteiramente independentes.

Na Tabela 12, reunimos parte de surpreendentes dados extraídos de um estudo recente dos salários relativos na indústria brasileira, realizado por Eduardo M. Suplicy. Em nossa opinião, esses dados merecem um estudo e uma circulação muito mais amplos do que até agora receberam. Conforme pode ver o leitor, ocorreu um ininterrupto agravamento da situação relativa dos não-especializados. Voltaremos logo em seguida às implicações dessa ampliação na estrutura salarial, mas queremos, em primeiro lugar, analisar o que os dados

TABELA 12

Salários relativos em São Paulo

	1969	1972	1973	1975
Índices de Salários Reais				
Ocupações de Baixo Salário.....	100	107	107	116
Ocupações de Médio Salário.....	100	120	123	135
Ocupações de Médio Ordenado.....	100	128	129	142
Ocupações de Alto Ordenado.....	100	136	142	163
Ocupações de Ordenados Muito Altos	100	137	148	183
Salários Relativos				
Mestre-de-Obras/Servente.....	3,5	5	...	6,9
Gerente-Geral/Servente.....	64,6	80,7	...	162
Gerente-Geral/Mestre-de-Obras.....	18,3	16,1	...	23,4

FONTE: Eduardo M. Suplicy, "As Crescentes Diferenças de Renda no País", in *Folha de São Paulo* (15 de fevereiro de 1976), p. 39.

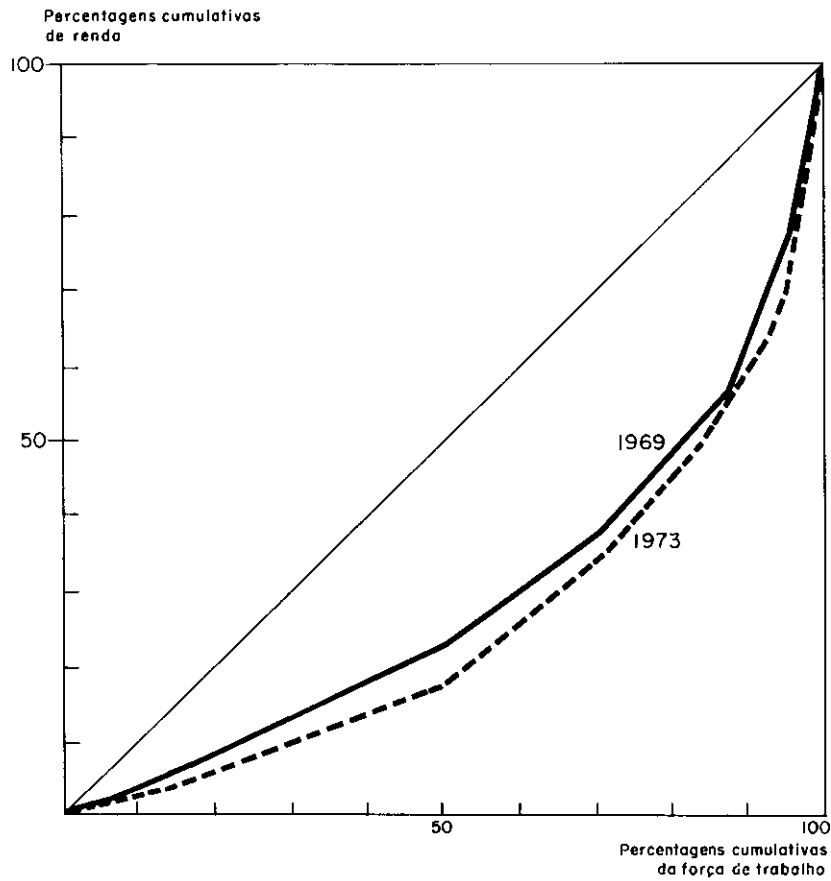
do SEPT sugerem sobre mudanças na distribuição da renda no período.¹⁴

Não deixam dúvida os dados da Tabela 10 que a distribuição da renda salarial tornou-se mais desigual nos quatro anos cobertos pelos relatórios do SEPT. Para conveniência dos leitores e para ilustrar visualmente esse fato, desenhamos as Curvas de Lorenz relativas à economia agregada.

De que modo deve ser interpretado esse deslocamento para baixo na curva? Como os leitores da literatura sobre a distribuição de renda já sabem, quando uma Curva de Lorenz situa-se inteiramente abaixo da outra, supostamente não há dúvida de que a distribuição mais baixa (neste caso, a distribuição de 1973) é não apenas mais desigual, mas também *pior* no sentido do bem-estar social. O que desejamos demonstrar é que esse movimento da curva constitui resultado do sucesso da economia em criar, no período, cargos relativamente muito bem remunerados e que isso não pode ser facilmente interpretado em função do bem-estar social. Ora, consultada, a maio-

¹⁴ Ver também Edmar Bacha, "Hierarquia e Remuneração Gerencial", in Tolipan e Tinelli (eds.), *op. cit.* Os dados de Bacha confirmam a mesma ampliação na estrutura salarial no período transcorrido entre 1968 e 1972.

CURVAS DE LORENZ PARA 1969 E 1973



ria das pessoas diria que a criação de cargos com altos salários deve ser o objetivo da política de emprego. Com reservas, concordaríamos, mas as medidas de distribuição não o farão. Se tal política for levada a cabo com sucesso, as medidas de distribuição quase com certeza indicarão um agravamento na repartição da renda.

O problema resume-se no fato de que numa economia em crescimento há mais gente no segundo ano do que no primeiro. Isto transforma em duvidoso exercício conclusões sobre bem-estar social baseadas em movimentos da Curva de Lorenz ou estatísticas de distribuição, como o Coeficiente de Gini no tempo, nas economias em crescimento. Pois de que maneira se pode ponderar o bem-estar da população inicial em comparação com a nova? No Brasil, conforme vimos, novos empregos tenderam a ser criados no alto da estrutura da distribuição da renda. Isso é bom para os novos titulares dos cargos, mas ruim para os que permanecem nos empregos iniciais. Esta pode ou não ser a população inicial. Em ambos os casos, os economistas não dispõem de maneira de avaliar esses ganhos e perdas.

Como alternativa, investiguemos as condições em que a Curva de Lorenz poderia ser mantida constante em um país como o Brasil, onde o crescimento do emprego é assimétrico em direção ao topo. A curva mostra a parcela acumulada de renda auferida por diferentes parcelas acumuladas da população. Uma vez que não surgem muitos empregos novos, no tipo brasileiro de expansão, no fundo da distribuição, a fim de manter constante as proporções em cada classe da população teremos que incluir indivíduos de classes de renda mais alta. O que vier a acontecer à parcela de renda de cada classe da população dependerá do nível médio de renda do novo grupo em comparação com o inicial, de mudanças na renda média do grupo inicial e de mudanças na renda média de toda a população.

No particular, um exemplo pode ser útil. Pela Tabela 11 vimos que 51,3% da população de 1969 ganharam menos de Cr\$ 200,00 mensais e que sua parcela na renda total foi de 0,2309. A fim de construir a Curva de Lorenz para 1973 temos que calcular a parcela de renda de 51,3% da população de 1973. Uma vez que o crescimento de empregos que pagavam menos de Cr\$ 200,00 foi mais baixo do que a taxa de crescimento do emprego global, apenas 47% da população de 1973 ganharam menos de Cr\$ 200,00. Por conseguinte, a fim de calcular a parcela de renda de 51,3% da população de 1973, teremos que incluir a extremidade inferior da classe de renda de Cr\$ 200,00-Cr\$ 300,00 ou, para sermos exatos, 325.125 indivíduos $[(0,513 - 0,4702) \times \text{população de 1973}]$. Atribuindo a essas pessoas um salário médio de Cr\$ 220,00 e adicionando a isto a renda dos que ganham menos de Cr\$ 200,00, poderemos calcular a

renda total do grupo. As parcelas e níveis de renda resultantes são mostrados na Tabela 13.

Vemos, portanto, que a parcela do grupo mais baixo cai, a despeito da inclusão de um grupo bastante grande no topo. A razão disso é que o grande número de cargos criados na parte mais alta da distribuição da renda elevou o salário médio em muito mais do que o ganho de 7,6% no grupo mais inferior. A única maneira para que aumentasse a parcela deste último grupo, dado o padrão assimétrico de criação de novos empregos, seria através de grandes aumentos salariais nos menos aquinhoados. Isto reduziria em um volume tão grande os números de indivíduos que ganham menos de Cr\$ 200,00 que o grupo da classe de renda imediatamente mais alta, necessário para completar a parcela da população inicial, seria suficientemente grande para elevar o salário médio pela média nacional. Em outras palavras, para manter constante a Curva de Lorenz, com uma criação de empregos assimétrica para a direita, os salários na parte mais baixa da escala teriam que subir. Isto, enfaticamente, não aconteceu no Brasil. Os salários na parte mais baixa da estrutura salarial de fato caíram, os que se situavam mais perto deles subiram a uma taxa lenta, bem como subiu o número de indivíduos que auferiam esses salários.

Outra conclusão incidental ao exercício mostrado na Tabela 13 é que não faz sentido calcular taxas de crescimento da renda real

TABELA 13

Parcelas e níveis de renda

	1969	1973	Crescimento Percentual
Parcela dos 0,513 Mais Baixos da População.....	0,231	0,205	
Salário Médio dos 0,513 Mais Baixos da População.....	138	148,5	7,6
Salário Médio dos que Ganham Menos de Cr\$ 200,00.....	138	142	2,9

em percentis, para uma população em crescimento, em dois pontos no tempo.¹⁵ Pareceria que a renda real média dos 51,3% da parte mais baixa da estrutura salarial subiu em 7,6% entre 1969 e 1973. Mas isso é um engano. Na parte mais baixa da estrutura (menos de Cr\$ 80,00 mensais) os salários caíram e, no tocante aos iniciais 51,3% da população de 1969, subiram em apenas 2,9%. Este fato é disfarçado pela inclusão necessária de indivíduos da classe de renda imediatamente mais alta.

Como, então, deveremos avaliar o crescimento brasileiro em termos de emprego e distribuição? Argumentaríamos que é errada a aceitação, sem maior exame, de deslocamentos para baixo na Curva de Lorenz no tempo como indicadores de bem-estar social. Nós, pelo menos, duvidamos que a criação de cargos de alta especialização, mesmo que sem correspondente melhoramento salarial para os empregos existentes, reduza o bem-estar social. Não obstante, julgamos insatisfatória a *performance* salarial da economia brasileira. O sistema conseguiu criar um número suficiente de empregos para absorver os novos entrantes na força de trabalho e os migrantes rurais. Esses empregos tenderam a fixar-se no salário mínimo, ou acima. Ao mesmo tempo, contudo, a economia estava criando um número substancial de empregos altamente remunerados no topo da escala, exacerbando, dessa maneira, diferenciais salariais e uma distribuição já desigual da renda. Não havia mecanismo através do qual esses rápidos aumentos salariais pudessem ser disseminados até alcançar os que se encontravam no degrau mais baixo da escala.

Uma das maneiras de julgar o sucesso de uma economia consiste em apurar o número de pessoas que ultrapassam certos padrões absolutos de renda. Quando uma economia cresce tão rapidamente como aconteceu com o Brasil, seria de se esperar que grande número de pessoas compartilhassem dos benefícios. Isso seria comprovado por grande número de pessoas que atingiriam ou ultrapassariam um dado nível absoluto de renda, tal como o salário mínimo. Isso,

¹⁵ Nós e numerosos outros autores somos culpados deste erro. Ver Samuel A. Morley e Jeffrey G. Williamson, "Growth, Wage Policy and Inequality: Brazil during the Sixties" (1975), mimeo, e Carlos G. Langoni, *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Económico do Brasil* (Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973), especialmente a Tabela 3.5.

contudo, não aconteceu no Brasil. Consideremos o salário mínimo. Os dados da PNAD e do SEPT dão testemunho da redução surpreendentemente pequena do número de pessoas que recebem menos do que o salário mínimo. Conforme vimos acima, a PNAD sugere uma redução em torno de quatro pontos percentuais. Os dados do SEPT, embora não divididos pelo salário mínimo, são aproximadamente consistentes com esse resultado.¹⁶

Em nossa opinião, esse declínio de quatro pontos no número de pessoas que ganham menos que o salário mínimo não é suficiente, porquanto isso significa que não houve virtualmente aumentos salariais reais para aqueles que se situam no mais baixo degrau da estrutura salarial. Conforme já vimos pelos dados do SEPT, a maioria dos que ganhavam menos de Cr\$ 200,00 em 1969 continuou na mesma situação em 1973. Além disso, seus salários médios subiram em apenas 2,9%. Não podemos fazer um cálculo semelhante sobre salários com base nos dados da PNAD, mas considere-se o quanto teria caído a parcela da força de trabalho da PNAD que ganhava menos do que o salário mínimo se aqueles que se encontravam no ponto mais baixo em 1968 houvessem apenas recebido os aumentos reais médios de renda *per capita* do setor não-agrícola, ao invés de nenhum aumento real. Nada há de particularmente especial a respeito dessa meta de renda, mas não se afigura despropositado esperar que os salários no fundo da distribuição subam pelo menos com a mesma rapidez que a média. Se isso houvesse acontecido na economia brasileira, todo o grupo que ganhava entre Cr\$ 96,00 e Cr\$ 133,00 em 1973 teria ultrapassado o teto do salário mínimo de Cr\$ 133,00. Naturalmente, não conhecemos com precisão a distribuição dos trabalhadores daquela classe de renda em 1973, mas, fazendo uma aproximação grosseira, calculamos que a proporção de trabalhadores com menos de um salário mínimo teria caído cerca de 11%, dos 54,2% observados para 43%. Isto teria elevado a população acima do salário mínimo em 3,7 milhões de indivíduos. Talvez mais pertinente ainda, teria levado a uma redução de mais

¹⁶ O salário mínimo da Guanabara era de Cr\$ 129,60 em 1969, tendo havido uma queda de cinco pontos percentuais na parcela de pessoas que ganhavam menos de Cr\$ 200,00. Esta é a menor desagregação disponível sem interpolação.

de dois milhões no número de pessoas que ganhavam menos de Cr\$ 133,00 por mês.

Sabemos, naturalmente, que não podemos formular hipótese de aumento de salários supondo constantes, ao mesmo tempo, níveis de renda. Não sabemos que efeito final tal política salarial teria tido e fizemos o cálculo apenas para formar uma idéia das ordens de magnitude de uma política que permitia aos salários mínimos reais subirem com a produtividade. Não obstante, acreditamos que o custo de emprego de tal política salarial teria sido bem pequeno e que seria mais do que compensado pelos ganhos em equidade que traria.

O que toda esta investigação sugere é que a mera criação de empregos, mesmo de bons empregos, não constitui uma meta suficiente para as autoridades. Elas devem dedicar maior atenção à estrutura dos salários. Até mesmo um rápido crescimento do emprego, se acompanhado por uma ampliação da estrutura, ou a incapacidade de os salários mais baixos acompanharem os aumentos médios em produtividade, dá origem ao aumento do hiato entre ricos e pobres, que, com toda probabilidade, exacerbará as tensões sociais. Há um bom volume de evidência, que discutiremos num trabalho futuro, de que é o processo de crescimento em si que provoca o alargamento da estrutura salarial. Se isso é verdade, então não é provável que uma política de rápido crescimento possa, sozinha, resolver o problema da distribuição. Terá que ser aplicada uma política salarial progressiva ou alguma outra medida corretiva exógena. De qualquer modo, a incapacidade de o modelo de rápido crescimento gerar mais aceitação e lealdade social pode, desconfiamos, ser atribuída principalmente à sua incapacidade em elevar os salários na base e ao fracasso do Governo em contrabalançar esse efeito. Destarte, mesmo que o modelo tenha criado uma grande massa de bons empregos, o hiato entre o salário mínimo e o médio alargou-se, como ocorreu também entre o mínimo e os salários das ocupações altamente especializadas. Nada indica que essas condições possam jamais gerar uma aceitação geral de tal modelo.